



Federação de Sindicatos da Administração Pública
e de Entidades com Fins Públicos

Toda a correspondência deverá ser dirigida ao Secretário-Geral



José Joaquim Abraão
Secretário-Geral

PRIMEIRO-MINISTRO Dr. ANTÓNIO COSTA

Rua da Imprensa à Estrela, 4
1200-888 Lisboa

gabinete.pm@pm.gov.pt

Na resposta indicar as referências deste ofício

N/Ref: F/ 029

V/Ref:

Processo:

Data: 01-09-2020

Assunto: Contributos para o Orçamento do Estado para 2021.

C/c Ministra MEAP

Num momento em que está em preparação o Orçamento do Estado para 2021, o Secretariado Nacional da FESAP aprovou um documento contendo as principais matérias que considera serem merecedoras de discussão e negociação tendo em vista a sua inclusão no documento orçamental ou que possam ser objeto de processos negociais a desenvolver num futuro próximo, documento esse que V.Exa poderá encontrar anexo à presente missiva.

Com efeito, não obstante reconhecer que a situação de pandemia de SARS-CoV-2 que vivemos atualmente exigir, necessariamente, a adoção de uma série de medidas que capacitem a sociedade em geral e a Administração Pública em particular para enfrentar este combate de uma modo cada vez mais eficaz, a FESAP não pode deixar de frisar que não são apenas as questões relacionadas com o teletrabalho que devem estabelecer-se como prioritárias, existindo uma série de outras matérias que serão determinantes para o maior ou menor sucesso no alcance dos objetivos de diminuição dos efeitos da pandemia.

A Administração Pública e os seus trabalhadores assumem, neste capítulo, um papel particularmente relevante.

Assim, a FESAP insta o Governo a negociar uma série de matérias que considera terem efeitos muito positivos no combate à Covid-19, nomeadamente: as relacionadas com a necessidade de reforçar os quadros de pessoal dos serviços públicos, em particular nos setores da saúde e da educação, mas também em todos os outros que se apresentam deficitários neste campo; adotando medidas que valorizem os salários e as carreiras dos trabalhadores, não só através de aumentos nominais mas também pela regulamentação do alargamento do subsídio de pensosidade, insalubridade e risco e outras medidas de reforço das regras de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Por outro lado, é necessário consubstanciar no Orçamento do Estado para 2021 as disposições já existentes OE para 2020, nomeadamente no que respeita ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Orçamento do Estado para 2020, que refere, designadamente, a tomada de medidas no sentido da valorização e qualificação dos trabalhadores, da promoção de bons ambientes de trabalho, saúde e segurança, do rejuvenescimento dos mapas de pessoal e suprimento planeado de necessidades, entre outras matérias.

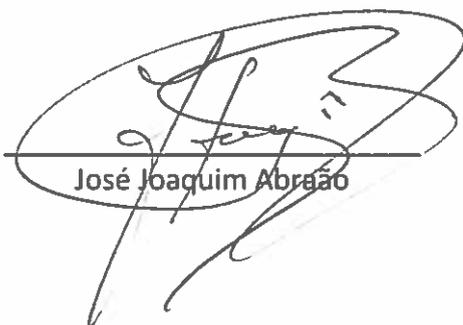
Finalmente, valorizando a intenção manifestada por V.Exa, no sentido de proceder ao aumento do salário mínimo nacional, a **FESAP** sublinha a necessidade de que é essencial proceder a alterações a toda a estrutura salarial da Administração Pública, sobretudo no que respeita às posições remuneratórias mais baixas de todas as carreiras, uma vez que os sucessivos aumentos da retribuição mínima têm vindo a provocar uma absorção progressiva de posições e o agravamento de injustiças salariais no setor público, onde se verifica uma crescente aproximação do salário médio ao salário mínimo.

Sr. Primeiro-ministro, não podemos continuar a aceitar que trabalhadores com mais de 20 anos de carreira se mantenham a auferir salários que os mantêm no limiar da pobreza, e semelhantes, em termos absolutos, àqueles que são auferidos por qualquer trabalhador que seja admitido hoje para a sua carreira.

A **FESAP** está certa de que V.Exa é sensível a todas estas questões e que, conforme estatuído na Lei, elegerá as organizações sindicais da Administração Pública para participarem ativamente na elaboração das disposições orçamentais que dizem respeito aos trabalhadores por elas representados, valorizando desse modo a contratação coletiva e o papel dos sindicatos, pedras basilares do Estado de Direito Democrático e grandes suporte da paz social.

Certos de que este nosso documento merecerá a máxima atenção por parte de V.Exa, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral da FESAP



José Joaquim Abrão

CONTRIBUTOS PARA O OE 2021

Num momento em que o país atravessa um contexto socioeconómico particularmente difícil, fortemente condicionado pelos impactos provocados pela pandemia de SARS-CoV-2, estando prestes a iniciar-se o processo de discussão e elaboração do Orçamento do Estado para 2021 (OE 2021) sem que tenha sido ainda publicado o Decreto de Execução Orçamental, a FESAP, no que à Administração Pública diz respeito, considera que são prioritárias e devem ser objeto de discussão em sede de negociação coletiva algumas matérias incontornáveis, assumindo, desde logo, como ponto de partida, o afastamento de toda e qualquer medida austera e que resulte na retirada de direitos aos trabalhadores.

VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS, DAS PENSÕES E DAS CARREIRAS

O OE 2021 terá de contemplar aumentos salariais para todos os trabalhadores da Administração Pública e para todos os pensionistas, devendo o Governo cumprir com o que anunciou após a aprovação do OE 2020, nomeadamente no sentido de que os aumentos salariais para 2021 nunca serão inferiores a 1%.

Do mesmo modo, o OE 2021 tem de garantir que as progressões e as promoções nas carreiras mantêm um desenvolvimento normal.

Neste contexto, deve haver um reconhecimento inequívoco da forma muito positiva como os trabalhadores da Administração Pública responderam aos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19, traduzindo esse reconhecimento em ganhos efetivos para os trabalhadores, precisamente através da valorização das carreiras e dos rendimentos.

A revisão das carreiras gerais e das carreiras subsistentes e não revistas deve iniciar-se o quanto antes, sob pena de esta questão se tornar um pendente crónico no seio da Administração Pública.

SUBSÍDIO DE RISCO, PENOSIDADE E INSALUBRIDADE

A regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade para todos os trabalhadores dos serviços em que se considere justificável a atribuição dessa compensação remuneratória, à semelhança do que foi já feito por vários países da União Europeia nos quais, tal como no nosso país, o combate à pandemia veio evidenciar que existe um grande número de trabalhadores na Administração Pública cujas funções se desenvolvem em condições particularmente difíceis, sendo, por isso, elegíveis para a atribuição desse subsídio.

TELETRABALHO SEM PERDA DE DIREITOS

A FESAP, reconhecendo que o teletrabalho pode ser um meio para fomentar uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar dos trabalhadores, considera que os resultados da negociação da regulamentação desse regime laboral garantam todos



os direitos a todos os trabalhadores que adotem o teletrabalho, não deixando quaisquer margens para que esses trabalhadores possam vir a ter piores condições de trabalho que aquelas que têm aquando do desempenho de funções em regime presencial.

A posição da FESAP relativamente a esta matéria encontra-se sobejamente detalhada em vários documentos reivindicativos de conhecimento público e formalmente dados a conhecer ao Governo.

A INCONTORNÁVEL REVISÃO DO SIADAP

A revisão do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) é essencial para o estabelecimento de um clima de confiança que privilegie o mérito e a produtividade sem os constrangimentos que advêm da existência de quotas de excelência, que se afiguram como um claro incentivo à mediocridade.

JUSTIÇA PARA OS CIT DA SAÚDE

O cumprimento integral dos acordos coletivos celebrados com os hospitais EPE e a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras são duas medidas que resolveriam boa parte dos problemas que assolam os trabalhadores do setor da saúde em regime de contrato individual de trabalho (CIT).

A adoção do vínculo único de emprego público é também essencial para fazer justiça e proporcionar a estes profissionais o direito à carreira e a nela progredirem são prioridades inquestionáveis e que não podem continuar a ser proteladas.

UM NOVO OLHAR SOBRE AS IPSS E AS MISERICÓRDIAS

Num momento em a pandemia de SARS-CoV-2 tornou ainda mais evidentes as lacunas existentes nas IPSS e nas Misericórdias, é essencial que sejam tomadas medidas que possibilitem um novo olhar sobre estas instituições, numa perspetiva que passará, inevitavelmente, pelo reforço dos recursos humanos e dos meios materiais ao seu dispor.

O Estado será sempre o principal responsável pela forma como a nossa sociedade encara e trata os problemas relacionados com as crianças, os idosos e os mais carenciados, pelo que o papel do Governo nesta matéria é indiscutivelmente determinante.

ADSE SUSTENTÁVEL PARA TODOS OS TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Urge negociar a alteração do Decreto-Lei n.º 118/83, contemplando, nomeadamente, o alargamento da ADSE os trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho e a desobrigação dos pagamentos pelas autarquias, compensada pela retoma das contribuições pelas entidades empregadoras, em valores percentuais a acertar, numa fórmula que permitira garantir a sustentabilidade da ADSE sem que, por outro lado, essa medida exigisse reforço financeiro em sede de OE.



A combinação destas medidas significaria um avanço no sentido da equiparação dos direitos dos trabalhadores com CIT face aos trabalhadores que desempenham as mesmas funções nos mesmo locais de trabalho, bem como o alívio da pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, deixando-o mais liberto para lidar com as exigências permanentes do combate à propagação do novo coronavírus.

A FESAP não pode também deixar de expressar grande preocupação face ao atraso que se está a verificar nos reembolsos, sendo hoje superior a seis meses, exigindo-se medidas que agilizem todo o processo de reembolso.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O momento pandémico que vivemos atualmente exige a adoção de medidas de reforço de todas as questões relacionadas com a segurança e saúde no trabalho. Todos os trabalhadores da Administração Pública devem sentir que o seu empregador segue todas as regras e adota as melhores práticas relativamente a esta matéria.

A FESAP defende ainda a agilização da avaliação e pagamento das incapacidades por acidente de trabalho e doenças profissionais, evitando graves prejuízos para os trabalhadores, como tem vindo a acontecer em inúmeras situações.

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

A FESAP considera que a próxima legislatura deverá ser marcada pela negociação de políticas ativas de pré-reforma, bem como pela eliminação do fator de sustentabilidade e de todas as penalizações para os trabalhadores que solicitem a aposentação antecipada e que contem com, pelo menos, 60 anos de idade e 40 de contribuições.

COMBATE À PRECARIIDADE

O Programa de Regularização Extraordinário de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) que foi implementado caracterizou-se por uma excessiva burocratização e por ter ficado aquém das expectativas, não tendo respondido de forma assertiva e realista às necessidades permanentes dos serviços, pelo que é absolutamente necessário continuar este trabalho, procurando, através da abertura de concursos ou da adoção de um novo e mais simplificado programa de regularização, resolver de forma definitiva os problemas de contratação precária na Administração Pública e evitar uma tendência reiterada de recurso à contratação precária em muitos serviços e organismos públicos.

EVITAR AS INJUSTIÇAS FISCAIS

A política fiscal do Governo não pode fomentar a injustiça, evitando a todo o custo situações como as que vivem hoje milhares de trabalhadores de todas as carreiras da Administração Pública que, após uma década sem qualquer aumento salarial, viram o seu salário líquido reduzido em resultado dos ridículos aumentos de 10 euros para os salários mais baixos e de 0,3% para os restantes.



UM SETOR PÚBLICO FORTALECIDO

A preparação do Orçamento do Estado para 2021, bem como o Plano de Recuperação Económica que será necessário implementar tendo em vista a recolocação do nosso país numa rota de crescimento económico, e sendo por demais evidente a importância que um setor público forte assumirá em todo este processo, a **FESAP** insta o Governo e chamar as organizações representativas dos trabalhadores, em particular as do setor da Administração Pública, a participarem ativamente em processo negociais que tenham em vista a busca das soluções que melhor sirvam os país, os serviços públicos e seus trabalhadores e, por consequência, todos os cidadãos.

FORMAR, QUALIFICAR E REJUVENESCER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Finalmente, a **FESAP** exige a abertura de processos negociais tendo em vista o cumprimento integral do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Orçamento do Estado para 2020, que refere, designadamente, a tomada de medidas no sentido da valorização e qualificação dos trabalhadores, da promoção de bons ambientes de trabalho, saúde e segurança, do rejuvenescimento dos mapas de pessoal e suprimento planeado de necessidades, da promoção de programas de mobilidade transversal, da adoção de uma estratégia concertada com vista a reduzir o absentismo, a efetivação da pré-reforma, do reforço dos centros de competências, das áreas estratégicas de conceção e de planeamento de políticas públicas e a inovação, modernização e transformação digital da Administração Pública.

Lisboa, 25 de agosto de 2020

